

Fabricador de instrumentos de trabalho, de habitações, de culturas e sociedades, o Homem é também agente transformador da História. Mas qual será o lugar do Homem na História e o da História na vida do Homem?

PREFÁCIO

Com este livro, propus-me três objetivos principais. O primeiro é o de oferecer uma sinopse dos mais importantes textos do pensamento político do final da Idade Média e início da Era Moderna. Analiso sucessivamente os principais textos políticos de Dante, Marsílio de Pádua, Maquiavel, Guicciardini, Erasmo, Thomas More, Lutero, Calvino, dos seus discípulos, Vitória e Suárez, e dos teóricos constitucionalistas franceses, incluindo Beza, Hotman, Mornay e, em especial, Bodin. Julgo que desde a publicação de *L'essor de la philosophie politique au XVI^e siècle*, de Pierre Mesnard, ainda não foi realizado nenhum estudo semelhante sobre a transição da teoria política medieval para a moderna. O ensaio do professor Mesnard é, sem dúvida, um clássico, e eu não tenho a pretensão de competir com o seu nível nem com a sua profundidade de pensamento. Contudo, já passaram mais de quarenta anos desde a publicação do livro e de então para cá surgiram alguns contributos importantes sobre a matéria. Apareceram muitas edições novas, que por vezes revelam progressos importantes. E surgiu também uma vasta literatura secundária, acrescentando muita informação recente e, ao mesmo tempo, desafiando várias teses tradicionalmente aceites acerca dos textos fundamentais. Por todas estas razões, pareceu-me útil realizar um estudo mais atualizado do mesmo período, tendo em conta, na medida do possível, os avanços mais significativos da investigação recente.

O meu segundo objetivo foi o de utilizar os textos de teoria política do final da Idade Média e início da Era Moderna para iluminar um tema histórico mais geral. Espero conseguir indicar parte do processo a partir do qual o conceito moderno de Estado veio a ser formulado. Referir esta vasta ambição significa, ao mesmo tempo, explicar os limites cronológicos

deste livro. Começo no final do século XIII e prossigo até ao final do século XVI, pois foi ao longo deste período, como tentarei demonstrar, que gradualmente se foram formando os elementos principais de um conceito de Estado reconhecidamente moderno.⁽¹⁾ A mudança decisiva foi a substituição de uma ideia de governante «que mantém o seu estado» — o que significava simplesmente manter a sua própria condição — pela ideia de que existe uma ordem jurídica e constitucional separada, a do Estado, que o governante tem o dever de manter. Um dos efeitos dessa mudança foi que o poder do Estado, e não o do governante, passou a ser considerado a base do governo. E isso, por sua vez, permitiu conceptualizar o Estado em termos distintivamente modernos — como única fonte de direito e poder legítimo dentro do seu próprio território, e como único objeto adequado de lealdade dos seus cidadãos.⁽²⁾

Depois de considerar os desenvolvimentos históricos que conduziram a esta mudança conceptual, passo rapidamente na Conclusão da história para a semântica histórica — do conceito de Estado para a palavra «Estado». O sinal mais claro de que uma sociedade tomou consciência de um novo conceito é, julgo eu, a criação de um novo vocabulário em cujos termos o conceito passa então a ser articulado e debatido. Por isso, aceito como confirmação decisiva da minha tese central o facto de, no final do século XVI, pelo menos em Inglaterra e em França, as palavras *State* e *l'État* começarem a ser utilizadas, pela primeira vez, no seu sentido moderno.

A minha terceira preocupação foi a de exemplificar uma certa forma de abordagem ao estudo e interpretação dos textos históricos. Já discuti este procedimento em vários artigos que publiquei nos últimos doze anos, e não me parece necessário repetir aqui os mesmos argumentos.⁽³⁾ Espero,

⁽¹⁾ Como tentarei demonstrar na Conclusão, isto não significa que precisamente o *nosso* conceito de Estado foi adquirido. Os teóricos que analiso permaneceram confusos sobre a relação entre povo, governante e Estado. E claro que lhes faltava o conceito pós-Iluminismo da relação entre nação e Estado.

⁽²⁾ Sobre esta conhecida definição, ver Max Weber, *Economy and Society*, org. Guenther Roth e Claus Wittich, 3 vol. (Nova Iorque, 1968) vol. 1, p. 56.

⁽³⁾ Para o leitor interessado, enumerei os títulos destes ensaios na bibliografia do final deste volume. Gostaria de acrescentar que a minha análise sobre a natureza da interpretação foi muito influenciada por vários pensadores cujas obras também menciono na bibliografia. Refiro, em especial, o quanto devo às teorias de R. G. Collingwood, a minha admiração pelo trabalho de Alasdair MacIntyre sobre a filosofia da ação e sobre a história dos conceitos morais, e os trabalhos de Martin Hollis, J. G. A. Pocock e sobretudo John Dunn sobre metodologia.

em todo o caso, que, se a minha metodologia tiver algum mérito, este possa emergir à medida que for tentando aplicar os meus próprios preceitos neste livro. Contudo, parece-me oportuno esclarecer, em poucas linhas, a diferença entre a minha abordagem e o método mais tradicional do estudo da história das ideias políticas — o método utilizado, por exemplo, pelo professor Mesnard. Ele aborda o tema essencialmente como uma história dos chamados «textos clássicos», analisando em sucessivos capítulos as principais obras de Maquiavel, Erasmo, More, Lutero, Calvino e dos demais grandes pensadores. Eu, pelo contrário, procurei não me limitar aos grandes teóricos e preferi focar-me na matriz social e intelectual, mais vasta, a partir da qual as suas obras surgiram. Começo por analisar as características que me parecem mais relevantes nas sociedades em que eles viveram e para as quais originalmente escreveram. Considero que é a própria vida política que coloca os principais problemas ao teórico da política, fazendo com que um certo tipo de assuntos pareça problemático e uma correspondente sucessão de perguntas se converta no principal tema de debate. Isto não significa, porém, que eu aborde estas superestruturas ideológicas como um resultado direto da sua base social. Não menos importante é entender o contexto intelectual em que os textos principais foram concebidos — o contexto dos escritos anteriores e dos axiomas herdados acerca da sociedade política, e os contributos contemporâneos mais efêmeros para o pensamento político e social. Pois é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível num certo momento contribuem também para determinar a forma como algumas questões acabam por ser identificadas e discutidas. Assim, tentei escrever uma história menos centrada nos textos clássicos e mais na história das ideologias, com o objetivo de construir um quadro geral no qual depois os textos dos teóricos mais proeminentes possam ser inseridos.

O leitor poderá perguntar-se por que razão adoto esta abordagem, um tanto elaborada, e eu gostaria de terminar estas observações preliminares esboçando uma resposta. Uma insatisfação que sinto perante o tradicional método «textualista» é que os seus defensores, embora no geral afirmassem estar a escrever uma história da teoria política, raras vezes nos ofereceram narrativas genuínas. Com razão, tornou-se lugar-comum afirmar, na historiografia recente, que, se quisermos perceber as sociedades que nos antecederam, precisamos de recuperar as suas diferentes *mentalités* da forma mais abrangente possível. Mas é difícil perceber como é que podemos chegar a este tipo de entendimento histórico se continuarmos, enquanto estudiosos das ideias políticas, a focar a nossa atenção naqueles que debateram os problemas da vida política a um nível

de abstração e inteligência que nem os seus próprios contemporâneos alcançaram. Pelo contrário, se tentarmos enquadrar estes textos clássicos no seu contexto ideológico, conseguiremos então construir uma visão mais realista sobre o modo como o pensamento político, em todas as suas formas, foi efetivamente produzido no passado. Um mérito que me atrevo a apontar no método que descrevi é que, se for aplicado com êxito, então podemos começar a construir uma história da teoria política de caráter genuinamente histórico.

A adoção deste método também pode ajudar-nos a esclarecer alguns aspetos da relação entre a teoria política e a prática. Observa-se, frequentemente, que os historiadores da política tendem a atribuir um papel algo marginal às ideias e aos princípios políticos quando tentam explicar o comportamento político. É evidente que, enquanto os historiadores da teoria política continuarem a pensar que a sua tarefa principal é interpretar o cânone dos textos clássicos, continuará a ser difícil estabelecer vínculos mais próximos entre as teorias políticas e a vida política. Mas se, em vez disso, pensarem em si próprios como estudantes de ideologias, então será possível encontrar uma forma de explicar por que razão o comportamento político depende do estudo das ideias e dos princípios políticos, e não pode, na verdade, ser entendido sem referência a eles.

Tenho a esperança de que possa emergir deste livro algum sentido da natureza destas interações. Mas o ponto que tenho em mente pode expressar-se facilmente em termos mais gerais se considerarmos a posição de um ator político que deseja enveredar por uma determinada linha de ação, a qual está ansioso, para citar Weber, por exhibir como legítima. Podemos afirmar que este agente tem motivos para querer que o seu comportamento seja definido em termos de um vocabulário já considerado normativo na sua sociedade, um vocabulário que seja capaz de legitimar e, ao mesmo tempo, descrever os seus atos. Ora, aparentemente — e foi esse o entendimento de vários historiadores políticos — a natureza da relação sugerida entre ideologia e ação política é puramente instrumental.⁽⁴⁾ O agente tem um projeto que deseja legitimar e, em função disso, professa precisamente aqueles princípios que melhor descrevem a sua ação em termos moralmente aceitáveis; e, como a escolha desses princípios se relaciona com o seu comportamento de forma inteiramente *ex post facto*, parece difícil que a capacidade para explicar o seu

(4) Sobre uma tentativa de documentar em pormenor um caso em que isto foi claramente assumido, ver Skinner, 1974a.

comportamento dependa, de alguma forma, da referência a quaisquer princípios que possa ter professado. Pode argumentar-se, porém, que isto é interpretar mal o papel do vocabulário normativo de qualquer sociedade para descrever e avaliar a sua vida política. Considere-se, por exemplo, a posição de um agente que deseja declarar como honrosa uma determinada ação executada por si. Referir-se-lhe desta forma significa certamente recomendá-la e, ao mesmo tempo, descrever o que fez. E, como nos mostra Maquiavel, o leque de ações que é possível incluir nesta categoria pode acabar por ser — com alguma ingenuidade — inesperadamente extenso. Porém, o termo não pode obviamente ser usado com propriedade para descrever *qualquer* linha de ação maquiavélica, mas apenas aquelas que, com alguma verosimilhança, se possa demonstrar que satisfazem os critérios predefinidos para a aplicação do termo. Daí que qualquer indivíduo que deseje ver o seu comportamento reconhecido como o de um homem honrado se verá limitado apenas a um certo tipo de ações. Por isso, qualquer agente que deseje legitimar a sua ação, ao mesmo tempo que consegue aquilo a que se propõe, não enfrenta apenas o problema instrumental de adequar a sua linguagem normativa para ajustá-la aos seus projetos. Tem também, em parte, o problema de moldar os seus projetos para que estes se adaptem à linguagem normativa disponível.

Por esta altura já devem ser evidentes as razões pelas quais sustento que, se a história da teoria política for escrita essencialmente como uma história das ideologias, um dos resultados será um melhor entendimento da relação entre a teoria política e a prática. Parece-me claro agora que, quando recuperamos os termos do vocabulário normativo de que qualquer agente dispõe para descrever o seu comportamento político, estamos, ao mesmo tempo, a apontar uma das limitações ao seu próprio comportamento. O que significa que, se quisermos explicar por que razão um agente age de determinada maneira, será preciso estudarmos primeiro o seu vocabulário, que é claramente um dos fatores determinantes da sua ação. E isto por sua vez sugere que, se centrarmos as nossas histórias no estudo desses vocabulários, conseguiremos entender exatamente porque é que a explicação do comportamento político depende do estudo do pensamento político.

Porém, a principal razão para propor que nos foquemos no estudo das ideologias é porque isso nos permite voltar aos textos clássicos com uma maior expectativa de poder entendê-los. Estudar o contexto de qualquer grande obra de filosofia política não é apenas adquirir informação adicional sobre a sua etiologia; é também dotarmo-nos, por assim dizer,

de um instrumento que nos permite ganhar uma visão mais profunda sobre o significado do seu autor, que nunca seria possível alcançar se apenas lêssemos o texto «vezes sem conta», como os expoentes da abordagem «textualista» caracteristicamente propuseram.⁽⁵⁾

E o que é que esta abordagem nos permite exatamente identificar nos textos clássicos que não possamos alcançar com a sua simples leitura? Creio que a resposta, em termos gerais, é que nos permite entender o que os seus autores estavam *a fazer* quando os escreveram. Podemos começar por analisar não apenas os argumentos que eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e para as quais procuravam uma resposta, e em que medida aceitavam e apoiavam, ou contestavam e repudiavam, ou até polemicamente ignoravam, os pressupostos e as convenções prevalecentes no debate político. Não podemos esperar alcançar este nível de entendimento se estudarmos apenas os textos. Para os olharmos como respostas a questões específicas, precisamos de conhecer a sociedade em que foram escritos. E para reconhecermos o sentido exato e a força dos seus argumentos, precisamos de analisar o vocabulário político mais vasto da época. Porém, é necessário aceder a este nível de entendimento se quisermos interpretar os clássicos de forma convincente. Pois perceber quais são as questões a que o escritor está a dar destaque, e o que ele faz com os conceitos de que dispõe, equivale a compreender algumas das suas intenções no momento da escrita, e permite esclarecer exatamente o que ele quis significar com aquilo que disse — ou não conseguiu dizer. Assim, quando tentamos situar um escrito no seu exato contexto, não só estamos a oferecer um «quadro» histórico à nossa interpretação, como já estamos envolvidos no próprio ato da interpretação.

Para esclarecer de forma sucinta o meu pensamento, vejamos o possível significado de John Locke não ter apelado à força supostamente prescritiva da antiga Constituição inglesa no seu *Two Treatises of Government*. Uma análise ao pensamento dominante da época no que toca ao conceito de obrigação política revelará que o facto só pode ter sido visto pelos seus contemporâneos como uma lamentável lacuna. Ora, esta conclusão pode levar-nos a perguntar o que pretendia Locke neste ponto da sua argumentação. Inclínamo-nos para responder que ele estava a rejeitar e a ignorar uma das formas de raciocínio político mais amplamente aceites e prestigiadas do seu tempo. E isto, por sua vez, leva-nos a questionar se ele não teria tido a intenção de mostrar aos seus

(5) Ver J. P. Plamenatz, *Man and society*, 2 vol. (Londres, 1963), vol. I, p. x.

leitores que aquela teoria não merecia a sua atenção, e que assim, com o seu silêncio, ele estava a expressar a sua posição. É certo que o exemplo surge aqui um tanto simplificado, mas é suficiente para ilustrar as duas ideias principais que tenho em mente: que é difícil afirmar que compreendemos o sentido de Locke antes de considerarmos as suas intenções; e que é ainda mais difícil que possamos alcançar esse entendimento se não estivermos dispostos a centrar a nossa atenção não apenas no seu texto, mas também no contexto mais amplo em que foi escrito.

O leitor interrogar-se-á se eu cheguei a alguma nova conclusão em resultado de ter aplicado esta metodologia. Gostaria de mencionar dois aspetos gerais. No volume I, procurei sublinhar até que ponto é notável que o vocabulário do pensamento moral e político do Renascimento tenha derivado das fontes estoicas romanas. Há vários estudos — o de Garin, por exemplo — sobre as origens platónicas da filosofia política renascentista. E muito foi escrito nos últimos anos — nomeadamente por Baron e Pocock — sobre o contributo da doutrina aristotélica para a formação do humanismo «cívico». Mas julgo que não foi ainda devidamente valorizado o quanto os teóricos da política da Itália renascentista e dos primeiros anos da Europa moderna foram, em geral, influenciados pelos valores e crenças dos estoicos. Nem amplamente reconhecido o modo como a compreensão destes factos tende, entre outras coisas, a alterar o nosso pensamento sobre a relação de Maquiavel com os seus antecessores e, assim, a nossa perceção sobre os seus objetivos e intenções enquanto teórico político. No volume II, tentei igualmente identificar as fontes do vocabulário típico do pensamento político da Reforma. Em particular, procurei sublinhar o modo quase paradoxal como tanto os luteranos como os calvinistas radicais se basearam num esquema conceptual derivado do estudo do Direito Romano e da filosofia moral escolástica. Nos últimos anos, surgiu um sem-número de obras sobre a formação da «teoria calvinista da revolução». Mas eu acredito que, em sentido estrito, esta teoria não existe. Embora seja certo que os revolucionários do início da Europa moderna eram, em geral, verdadeiros calvinistas, penso que ainda não foi devidamente reconhecido que as teorias que desenvolveram se baseavam quase integralmente no vocabulário jurídico e moral dos seus adversários católicos.

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	9
<i>Agradecimentos</i>	17
<i>Notas sobre o texto</i>	21

PARTE UM AS ORIGENS DO RENASCIMENTO

1 O IDEAL DE LIBERDADE	27
As repúblicas e o Império	27
As repúblicas e o Papado	37
2 RETÓRICA E LIBERDADE	49
A ascensão dos déspotas	49
O desenvolvimento da <i>ARS dictaminis</i>	54
O surgimento do humanismo	62
A defesa retórica da liberdade	69
3 ESCOLÁSTICA E LIBERDADE	77
A receção da escolástica	77
A defesa escolástica da liberdade	82
<i>Outras leituras</i>	95

PARTE DOIS
O RENASCIMENTO ITALIANO

4	O RENASCIMENTO FLORENTINO.....	99
	A análise da liberdade.....	102
	A recuperação dos valores clássicos.....	115
	O conceito de <i>virtus</i>	120
	Os poderes do <i>vir virtutis</i>	127
	Os humanistas e o Renascimento.....	134
5	A ERA DOS PRÍNCIPES.....	147
	O triunfo do governo dos príncipes.....	147
	O ideal humanista do governo dos príncipes.....	153
	A crítica de Maquiavel ao humanismo.....	164
6	A SOBREVIVÊNCIA DOS VALORES REPUBLICANOS.....	177
	Os centros do republicanismo.....	177
	O contributo da escolástica.....	183
	O contributo do humanismo.....	191
	O contributo de Maquiavel.....	221
	O fim da liberdade republicana.....	227
	<i>Outras leituras</i>	230

PARTE TRÊS
O RENASCIMENTO DO NORTE

7	A DIFUSÃO DA CULTURA HUMANISTA.....	235
	A migração dos humanistas.....	235
	Humanismo e cultura jurídica.....	244
	Humanismo e cultura bíblica.....	252
8	A RECEÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO HUMANISTA....	257
	Os humanistas como conselheiros.....	257
	As injustiças da época.....	266
	A centralidade das virtudes.....	274
	As qualidades da liderança.....	282
	O papel da educação.....	288
9	A CRÍTICA HUMANISTA AO HUMANISMO.....	291
	Humanismo e a justificação da guerra.....	291

Humanismo e «razão de estado»	295
<i>A Utopia e a crítica ao humanismo</i>	303
<i>Outras leituras</i>	311
<i>Bibliografias</i>	313
<i>Bibliografia das fontes primárias</i>	313
<i>Bibliografia das fontes secundárias</i>	323
<i>Índice remissivo</i>	343